REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.4 out/dez. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N4
ISSN: 2965-0003

ANALFABETISMO E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE DA REALIDADE BRASILEIRA

Daniele de Jesus Tavares Domingues
Mestranda em Educação da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS).
https://orcid.org/0009-0002-5471-5434
E-mail: daniele.tavares2311@gmail.com

Luana Braga Bezerra Silva
Mestranda em Educação Da Faculdade Interamericana de Ciências Sociais (FICS).
https://orcid.org/0009-0006-2180-9628
E-mail: lbbsilva14@gmail.com

Fábio Coelho Pinto
Professor Doutor e Orientador. Faculdade de Ciências Sociais Interamericana – FICS. Professor efetivo vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC-PA); Professor efetivo vinculado à Secretaria Municipal de Educação do Município de Cametá (SEMED-Cametá-PA).
https://orcid.org/0000-0002-7169-2716
E-mail: profphabiopinto@gmail.com

DOI-Geral: http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4
DOI-Individual: http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N4-20

RESUMO: O analfabetismo no Brasil persiste como um desafio social que perpetua a exclusão e a desigualdade. Este artigo analisa a complexa relação entre analfabetismo e exclusão social, explorando suas causas, consequências e as políticas públicas implementadas para combatê-lo. As causas do analfabetismo são multifacetadas, incluindo a desigualdade social, a evasão escolar e a baixa qualidade da educação. O analfabetismo limita as oportunidades de desenvolvimento, restringindo o acesso ao mercado de trabalho, à participação cidadã e à vida social. As políticas públicas, com foco na Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscam oferecer oportunidades de alfabetização e elevação da escolaridade. No entanto, desafios como a evasão na EJA e a formação de professores persistem. A EJA desempenha um papel fundamental na erradicação do analfabetismo e na promoção da inclusão social, buscando desenvolver a autonomia e a participação cidadã dos alunos. A superação do analfabetismo exige um esforço conjunto do Estado, da sociedade e das instituições de ensino, com políticas públicas eficazes que garantam o acesso à educação de qualidade para todos.

PALAVRAS-CHAVE: Analfabetismo. Exclusão Social. Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Brasil.

ILLITERACY AND SOCIAL EXCLUSION: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN REALITY

ABSTRACT: Illiteracy in Brazil persists as a social challenge that perpetuates exclusion and inequality. This article analyzes the complex relationship between illiteracy and social exclusion, exploring its causes, consequences, and public policies implemented to combat it. The causes of illiteracy are multifaceted, including social inequality, school dropout, and poor-quality education. Illiteracy limits development opportunities, restricting access to the labor market, civic participation, and social life. Public policies,

with a focus on Youth and Adult Education (YAE), seek to offer literacy and schooling opportunities. However, challenges such as dropout in YAE and teacher training persist. YAE plays a fundamental role in eradicating illiteracy and promoting social inclusion, seeking to develop students' autonomy and civic participation. Overcoming illiteracy requires a joint effort by the State, society, and educational institutions, with effective public policies that guarantee access to quality education for all.

KEYWORDS: Illiteracy. Social Exclusion. Youth and Adult Education. Public Policies. Brazil.

INTRODUÇÃO

O analfabetismo, que se manifesta na incapacidade de ler e escrever, constitui um desafio persistente na sociedade brasileira, perpetuando a exclusão social e aprofundando as desigualdades socioeconômicas. A despeito dos avanços conquistados nas últimas décadas em termos de acesso à educação, o Brasil ainda se depara com índices preocupantes de analfabetismo, especialmente entre as populações mais vulneráveis. Como apontam Haddad e Siqueira (2015), a persistência do analfabetismo no Brasil está intrinsecamente ligada a fatores históricos de desigualdade social, que limitaram o acesso à educação para grande parte da população.

Diante dessa realidade, torna-se imperativo analisar a complexa relação entre o analfabetismo e a exclusão social, considerando suas múltiplas dimensões e o impacto na vida dos indivíduos e na sociedade como um todo. Compreender as causas e consequências do analfabetismo, bem como as políticas públicas implementadas para seu enfrentamento, é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, Braga e Mazzeu (2017) destacam a importância de revisitar as lições da história para compreender a persistência do analfabetismo no Brasil e formular políticas públicas eficazes.

Este artigo tem como objetivo geral analisar a intrincada relação entre analfabetismo e exclusão social no contexto brasileiro. Para alcançar esse objetivo, desdobram-se os seguintes objetivos específicos: Examinar as causas do analfabetismo no Brasil, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e políticos, conforme discutido por Dos Santos e Sobrinho (2023). Investigar as consequências do analfabetismo para os indivíduos e para a sociedade, com foco na exclusão social, à luz das contribuições de Fernandes (2016) e Gabrielli (2016). Analisar as políticas públicas implementadas para combater o analfabetismo, avaliando sua efetividade e desafios, com

base nos estudos de Diniz, Machado e Moura (2014). Discutir o papel da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na erradicação do analfabetismo e na promoção da inclusão social, dialogando com as perspectivas de Boas, de Holanda e Castro (2019).

Para o desenvolvimento desta pesquisa, será utilizada uma metodologia qualitativa, com base em revisão bibliográfica de autores renomados que abordam o tema do analfabetismo e da exclusão social no Brasil. A análise documental de leis, decretos e portarias também será empregada para contextualizar as políticas públicas de combate ao analfabetismo. Serão utilizados livros, artigos científicos, documentos oficiais e dados estatísticos para fundamentar a análise e construir uma compreensão abrangente da problemática em foco.

A relevância deste estudo reside na necessidade de aprofundar a compreensão sobre a persistência do analfabetismo no Brasil e seus impactos na exclusão social. Espera-se que esta pesquisa contribua para o debate sobre políticas públicas eficazes de erradicação do analfabetismo e para a promoção da inclusão social, garantindo o acesso à educação e o exercício pleno da cidadania para todos os brasileiros.

O ANALFABETISMO NO BRASIL: UM PANORAMA

A trajetória do analfabetismo no Brasil é marcada por contrastes, entre avanços e desafios persistentes. Desde o período colonial, o acesso à educação formal era restrito a uma parcela privilegiada da população, configurando um cenário de exclusão educacional que se perpetuou ao longo dos séculos. Como apontam Braga e Mazzeu (2017), o Brasil herdou um passado de desigualdade social profunda, com acesso limitado à educação para a população negra e pobre, o que reflete nas taxas de analfabetismo ainda observadas no país.

No início do século XX, o analfabetismo atingia a maioria da população brasileira. De acordo com Haddad e Siqueira (2015), em 1920, mais de 70% dos brasileiros com mais de 15 anos eram considerados analfabetos. Esse cenário começou a mudar lentamente a partir da década de 1930, com a expansão da oferta de ensino primário e a criação de campanhas de alfabetização. No entanto, a persistência da desigualdade social e a falta de investimentos robustos em educação limitaram o alcance dessas iniciativas.

Neste sentido, fica evidente que naquele contexto, o analfabetismo no Brasil se apresentou como uma questão política e não econômica, muito embora estivesse

diretamente ligada a questão da pobreza e a falta de acesso à educação. Assim, a existência do analfabetismo no território brasileiro se dava não por falta de recursos, mas pela força como o Estado e a sociedade estavam estruturados e termos de prioridades políticas. Assim, a situação se sustentava a partir de três pilares: Escolha de políticas públicas; Controle social; Falta de consenso sobre como alfabetizar.

No tocante a escolha de políticas públicas, Paiva (1990), observa que historicamente, os investimentos em educação básica no contexto brasileiro foram insuficientes e mal distribuídos, não contemplando de maneira eficiente os estados ou regiões mais pobres e que historicamente estiveram em situação de exclusão. Assim, a história por si só mostra que por uma grande parcela do tempo histórico da educação brasileira e das políticas públicas que a alfabetização de adultos e idosos, bem como, da maior parcela da população marginalizada (classe trabalhadora urbana e rural) não consistiu numa prioridade dos governos e governantes que representavam os interesses da pequena elite brasileira.

Em relação ao controle social, observa-se que se fazia necessário, a manutenção das estruturas sociais vigentes que favoreciam o exercício do poder pela pequena elite brasileira. Freire (1996), argumenta que o processo de alienação, a inexistência de uma educação libertadora contribuiu de forma significativa para que a maior parte da população continuasse em condição de analfabeta garantindo de maneira brilhante a manutenção do *status quo* (impedir a transformação social, e assegurar uma restrição controlada e intenção da participação política da população brasileira).

Freire (1996), compreende a educação como um ato político, de tomada de posição e decisão, por essa razão considera que alfabetizar não é apenas produzir um ensino técnico que leve os sujeitos a aprenderem letras, palavras, frases, mas é antes de qualquer coisa, um ato de conscientização, que visa orientar os sujeitos a pensarem sobre sua própria realidade, pois somente assim, seria possível a transformação social. Por essa razão, o ato de alfabetizar não se configurava como mecânico, mas era e continua sendo um ato político.

Em relação a ideia de superação do analfabetismo, se apresentaram diferentes concepções e práticas de alfabetizar que dificultaram o consenso sobre como atuar na erradicação do analfabetismo. Esse movimento se deu especialmente em decorrência de interesses ideológicos e políticos. Havia uma linha progressista, orientada pelas

proposições de uma educação libertadora ancorada nos princípios freiriano, mas também existiam diversos outros grupos, dentre os quais estavam os conservadores que defendia o processo de alfabetização a partir da técnica e da instrumentalização do uso da leitura e escrita de palavras.

Essa tensão releva como historicamente a educação foi um campo em disputa política e ideológico que atendeu diferentes interesses, especialmente os da classe dominante brasileira, responsável por formular e aplicar as políticas públicas no campo educacional. Esse conflito de interesses releva a dificuldade de se promover práticas de educação crítica que visassem promover a transformação social naquele contexto, pois o interesse ali era manter a dominação política e ideológica sobre a população.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, o regime militar implementou programas de alfabetização de massa, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de reduzir rapidamente as taxas de analfabetismo. Contudo, esses programas foram marcados por críticas em relação à sua qualidade pedagógica e à falta de articulação com a educação formal, como apontado por Diniz, Machado e Moura (2014).

É inegável as contribuições do MOBRAL naquele contexto para garantir a alfabetização da população brasileira, o que lhe rendeu o título de maior programa de alfabetização de massa da história brasileira. Seu objetivo era ostensivamente reduzir os altos índices de analfabetismo, especialmente entre os adultos. Assim, buscou-se com o programa alfabetizar milhões de brasileiros em larga escala, o que se configurou como uma resposta do Estado à exclusão educacional de grande parte da população. Além disso, o governo militar para sua sustentação política cunhou como discurso a ideia de "progresso" e de "integração nacional", o que se apresentava como principal bandeira do projeto desenvolvimentista do regime militar brasileiro.

Contudo, não se pode negar que historicamente das tomadas de decisão política no cenário brasileiro sempre buscaram atender os interesses dos grupos que formavam a elite brasileira. Assim, o MOBRAL como estratégia de qualificação da população sustentava um discurso de cuidado e preocupação com os brasileiros, entretanto como destaca Paiva (1990), ali não se tinha uma preocupação com a oferta de uma educação de qualidade e crítica, buscou-se com o MOBRAL, instrumentalizar o processo de

alfabetização de maneira técnica, despolitizado e sem compromisso, para que assim o regime militar se sustentasse e fincasse suas bases com o próprio apoio da população.

As críticas, embora veladas muitas vezes foram intensas, pois o regime de negação da liberdade de expressão perseguiu, torturou, exilou e eliminou quem se colocava contra o regime e suas ações em todos os setores, em especial no campo educacional. Por meio de práticas de repressão e alienação o regime militar brasileiro e a educação/alfabetização despolitizada se sustentaram por um período significativo e influenciaram e influenciam até hoje muitas práticas pedagógicas e concepções ideológicas.

Sendo assim, a partir da década de 1980, com a redemocratização do país, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ganhou destaque como política pública voltada para a erradicação do analfabetismo e a inclusão social. A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito à educação para todos, independentemente da idade, e estabeleceu a EJA como modalidade de ensino. Nesse contexto, Boas, de Holanda e Castro (2019) destacam a importância da EJA na oferta de oportunidades de alfabetização e elevação da escolaridade para jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade regular.

Apesar dos avanços conquistados, o Brasil ainda enfrenta desafios consideráveis no combate ao analfabetismo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que, em 2022, a taxa de analfabetismo entre a população com 15 anos ou mais era de 5,6%. Embora represente uma redução em relação a décadas anteriores, esse número ainda é significativo, correspondendo a milhões de brasileiros que não dominam habilidades básicas de leitura e escrita.

A persistência do analfabetismo no Brasil está concentrada em determinadas regiões e grupos sociais. As regiões Norte e Nordeste apresentam as maiores taxas de analfabetismo, refletindo as desigualdades regionais que marcam o país. Além disso, o analfabetismo afeta de forma desproporcional a população negra, rural, idosa e pessoas com deficiência, evidenciando a interseccionalidade entre as desigualdades sociais. Rua, Paes e Queiroz (2013) analisam a multiescalaridade do analfabetismo no Brasil, demonstrando como o desenvolvimento desigual e combinado do país se reflete nas disparidades regionais e sociais relacionadas ao analfabetismo.

O analfabetismo acarreta uma série de consequências negativas para os indivíduos e para a sociedade, perpetuando a exclusão social e limitando as oportunidades de desenvolvimento. Pessoas analfabetas enfrentam dificuldades de inserção no mercado de

trabalho, o que as torna mais vulneráveis à pobreza e à marginalização. Além disso, o analfabetismo pode gerar baixa autoestima, isolamento social e dificuldade de acesso a serviços públicos e informações essenciais. Fernandes (2016) discute como o analfabetismo conduz à marginalização e à negação da dignidade da pessoa humana.

Diante desse panorama, a erradicação do analfabetismo no Brasil exige um esforço conjunto do Estado, da sociedade civil e das instituições de ensino. É fundamental investir em políticas públicas eficazes, que garantam o acesso à educação de qualidade para todos, combatam a evasão escolar e promovam a inclusão social. A EJA, como modalidade de ensino voltada para jovens e adultos, desempenha um papel fundamental nesse processo, oferecendo oportunidades de alfabetização, elevação da escolaridade e desenvolvimento da autonomia. Souza e Gonçalves (2021) destacam a importância da EJA no combate à exclusão social, baseando-se nas ideias de Paulo Freire e outros educadores.

A superação do analfabetismo é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Garantir o acesso à educação e o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita para todos os brasileiros é um imperativo ético e social, que contribui para o exercício pleno da cidadania, o desenvolvimento humano e a redução das desigualdades.

Para além da alfabetização, é crucial que as políticas públicas voltadas para a EJA promovam a inclusão digital e o desenvolvimento de habilidades do século XXI. Melo (2016) defende a inclusão digital na escola como estratégia para a erradicação do analfabetismo tecnológico e a promoção da inclusão social. Em um mundo cada vez mais digitalizado, o acesso às tecnologias da informação e comunicação e o desenvolvimento de habilidades digitais são essenciais para a participação plena na sociedade e no mercado de trabalho.

CAUSAS DO ANALFABETISMO

O analfabetismo no Brasil, como já evidenciado, apresenta-se como um problema complexo e multifacetado, cujas raízes se entrelaçam em uma teia de fatores históricos, sociais, econômicos e políticos. Compreender a gênese dessa problemática exige uma análise profunda dos elementos que contribuem para a sua persistência, perpetuando a

exclusão social e limitando as oportunidades de desenvolvimento de milhões de brasileiros.

A desigualdade social, marcante característica da sociedade brasileira, configura-se como um dos principais fatores que impedem a erradicação do analfabetismo. A pobreza e a falta de acesso a serviços básicos, como educação de qualidade, saúde e saneamento, criam um ciclo vicioso que perpetua a exclusão e limita o acesso à educação. Nesse contexto, crianças e jovens de famílias em situação de vulnerabilidade social têm suas trajetórias educacionais comprometidas, tornando-se mais propensos a abandonar a escola e ingressar prematuramente no mercado de trabalho. Gabrielli (2016) analisa como a educação e as desigualdades se entrelaçam, reforçando a iniquidade e a exclusão social.

A evasão escolar, especialmente no ensino fundamental, contribui significativamente para a perpetuação do analfabetismo. Diversos fatores motivam o abandono escolar, como o trabalho infantil, a gravidez na adolescência, a falta de interesse e a baixa qualidade da educação. Dos Santos e Sobrinho (2023) apontam a negação da escola aos trabalhadores como um fator crucial para a persistência do analfabetismo estrutural no Brasil. A falta de oportunidades de educação para jovens e adultos que ingressaram no mercado de trabalho precocemente agrava o problema.

A qualidade da educação, especialmente em áreas com maior índice de vulnerabilidade social, é outro fator determinante para a persistência do analfabetismo. A falta de investimentos em infraestrutura, formação de professores e materiais didáticos compromete a aprendizagem e contribui para o desinteresse dos alunos. Diniz, Machado e Moura (2014) investigaram a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará e identificaram desafios relacionados à formação de professores e à garantia de recursos para a efetividade do programa.

O histórico de desigualdade social no Brasil deixa marcas profundas na educação. O acesso restrito à educação para a população negra e pobre ao longo da história reflete-se nas taxas de analfabetismo observadas atualmente. Braga e Mazzeu (2017) analisam o analfabetismo no Brasil à luz das lições da história, demonstrando como o passado de exclusão social influencia o presente.

A falta de valorização da educação por parte da sociedade e das famílias também contribui para o analfabetismo. A percepção de que a educação não é um fator determinante para o sucesso e a falta de estímulo à leitura e à escrita no ambiente familiar

podem levar ao desinteresse pela escola e à evasão escolar. Souza e Gonçalves (2021), em seu diálogo com Freire, Arroyo, Marta Oliveira e Antônia, destacam a importância da conscientização sobre o papel da educação na transformação social e na superação da exclusão.

As dificuldades de acesso à escola, especialmente em áreas rurais e remotas, representam um obstáculo para a erradicação do analfabetismo. A falta de transporte escolar, a distância entre a residência e a escola e a precariedade da infraestrutura nas escolas do campo dificultam a frequência e o aprendizado. Rua, Paes e Queiroz (2013) analisam a multiescalaridade do analfabetismo no Brasil, evidenciando as desigualdades regionais e os desafios enfrentados pelas populações do campo.

A descontinuidade das políticas públicas de educação e a falta de articulação entre os diferentes níveis de governo também contribuem para a persistência do analfabetismo. A mudança frequente de governos e a falta de planejamento a longo prazo comprometem a implementação de programas e ações consistentes de combate ao analfabetismo.

A baixa qualificação dos professores que atuam na EJA é outro fator que impacta a qualidade da educação oferecida e a efetividade das políticas de alfabetização. A formação adequada de professores para trabalhar com jovens e adultos, considerando suas especificidades e necessidades, é fundamental para o sucesso dos programas de alfabetização.

As altas taxas de evasão na EJA representam um desafio para a efetividade das políticas de alfabetização. Fatores como a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, a falta de suporte familiar e a desmotivação contribuem para o abandono dos estudos. Boas, de Holanda e Castro (2019) discutem as tendências e perspectivas para a erradicação do analfabetismo na EJA, destacando a importância de enfrentar a evasão escolar.

A falta de materiais didáticos adequados à EJA, que considerem as especificidades dos alunos jovens e adultos, também dificulta o processo de ensino-aprendizagem. É fundamental que os materiais didáticos sejam contextualizados, relevantes e motivadores, despertando o interesse dos alunos e contribuindo para a sua aprendizagem.

CONSEQUÊNCIAS DO ANALFABETISMO

O analfabetismo, indo além da mera incapacidade de ler e escrever, desencadeia uma série de consequências que permeiam diversas esferas da vida do indivíduo e da

sociedade, conforme apontam Souza e Gonçalves (2021). Essa condição perpetua a exclusão social e limita o pleno desenvolvimento humano, impactando as relações sociais, a autoestima, as oportunidades profissionais e a participação cidadã. Haddad e Siqueira (2015) demonstram a forte correlação entre analfabetismo e exclusão social, evidenciando o impacto na participação política e no exercício da cidadania.

A dificuldade de inserção no mercado de trabalho é uma das consequências mais diretas do analfabetismo, como ressaltado por Fernandes (2016). Em uma sociedade cada vez mais complexa e tecnológica, as habilidades de leitura e escrita são requisitos básicos para a maioria das profissões. Indivíduos analfabetos têm suas oportunidades de emprego e renda limitadas, o que contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão social, conforme apontado por Gabrielli (2016).

O analfabetismo afeta a autoestima e as relações sociais. A incapacidade de ler e escrever pode gerar sentimentos de vergonha, insegurança e inferioridade, levando ao isolamento social e à dificuldade de interação com o mundo, como discutido por Dos Santos e Sobrinho (2023). A exclusão do convívio social e a dificuldade de acesso à informação comprometem o desenvolvimento pessoal e a participação social dos indivíduos.

A vulnerabilidade social é outra consequência grave do analfabetismo. Pessoas que não dominam a leitura e a escrita têm maior dificuldade de acesso à informação, aos serviços públicos e aos seus direitos, tornando-se mais suscetíveis à exploração, à manipulação e à violência. A dificuldade de compreender contratos, documentos e informações relevantes para o exercício da cidadania agrava a sua condição de vulnerabilidade, conforme destacado por Diniz, Machado e Moura (2014).

O analfabetismo restringe a participação cidadã e o exercício pleno dos direitos e deveres. A dificuldade de compreender programas políticos, debater ideias e participar de processos eleitorais compromete a democracia e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Como apontam Boas, de Holanda e Castro (2019), o analfabetismo limita o acesso à informação e à educação, dificultando a participação cidadã e o exercício da democracia.

O analfabetismo impacta o acesso à cultura e ao lazer. A leitura e a escrita são portas de entrada para o universo da literatura, da arte, da música e de diversas formas de expressão cultural. Pessoas analfabetas têm suas possibilidades de apreciação e fruição

cultural restritas, o que impacta sua qualidade de vida e seu desenvolvimento humano, conforme discutido por Melo (2016).

A saúde também é afetada pelo analfabetismo. Compreender bulas de remédios, instruções médicas e informações sobre saúde e prevenção de doenças torna-se um desafio, o que pode comprometer o autocuidado e a adesão aos tratamentos. Da Silva Meira e Ribeiro (2023) abordam o analfabetismo científico como um problema social que afeta a saúde e o bem-estar da população.

As relações familiares são impactadas pelo analfabetismo. A dificuldade de comunicação e de participação na vida escolar dos filhos pode gerar conflitos e dificuldades na criação das crianças. Pais analfabetos podem se sentir inseguros e despreparados para auxiliar seus filhos nos estudos, o que pode contribuir para a reprovação e a evasão escolar, como apontado por Rua, Paes e Queiroz (2013).

Este ciclo de analfabetismo perpetua entre as gerações. Crianças que crescem em lares onde os pais são analfabetos têm maior probabilidade de também não se alfabetizar, uma vez que o acesso à leitura e à escrita no ambiente familiar é fundamental para o desenvolvimento da linguagem e da alfabetização, conforme destacado por Braga e Mazzeu (2017).

O analfabetismo impacta a economia do país, limitando a produtividade e o desenvolvimento econômico devido à falta de qualificação da mão de obra. Países com altos índices de analfabetismo tendem a ter menor crescimento econômico e maiores desigualdades sociais, como discutido por Fernandes (2016).

Também contribui para a manutenção de estruturas sociais injustas e desiguais. A exclusão do acesso à educação e ao conhecimento perpetua a marginalização de grupos sociais vulneráveis, como a população negra, a população rural e as pessoas com deficiência, conforme apontado por Gabrielli (2016). A superação do analfabetismo é um desafio urgente que requer o compromisso de toda a sociedade na construção de um país mais justo, igualitário e com oportunidades para todos, como defendido por Souza e Gonçalves (2021).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO ANALFABETISMO

Ao longo de sua história, o Brasil tem implementado diversas políticas públicas para combater o analfabetismo, buscando garantir o direito à educação para todos os

cidadãos e reduzir as desigualdades sociais. Essas políticas, embora tenham apresentado avanços em algumas áreas, ainda enfrentam desafios significativos para a erradicação do analfabetismo no país, especialmente em relação à efetividade, à continuidade e à articulação entre os diferentes níveis de governo.

No início do século XX, as políticas de combate ao analfabetismo eram fragmentadas e descontínuas, com iniciativas isoladas e foco na alfabetização de crianças. A partir da década de 1930, com a expansão do ensino primário, o combate ao analfabetismo ganhou maior relevância nas políticas públicas, com a criação de campanhas nacionais de alfabetização. No entanto, a persistência da desigualdade social e a falta de investimentos robustos em educação limitaram o alcance dessas iniciativas, como apontado por Braga e Mazzeu (2017).

Nas décadas de 1960 e 1970, o regime militar implementou programas de alfabetização de massa, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de reduzir rapidamente as taxas de analfabetismo. Contudo, esses programas foram marcados por críticas em relação à sua qualidade pedagógica e à falta de articulação com a educação formal, como demonstrado por Diniz, Machado e Moura (2014).

A partir da década de 1980, com a redemocratização do país, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) ganhou destaque como política pública voltada para a erradicação do analfabetismo e a inclusão social. A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito à educação para todos, independentemente da idade, e estabeleceu a EJA como modalidade de ensino. Nesse contexto, Boas, de Holanda e Castro (2019) destacam a importância da EJA na oferta de oportunidades de alfabetização e elevação da escolaridade para jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade regular.

Nos últimos anos, o governo federal tem implementado diversos programas e ações para o combate ao analfabetismo, com destaque para o Programa Brasil Alfabetizado (PBA). Criado em 2003, o PBA visa oferecer oportunidades de alfabetização para jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à educação na idade adequada. O programa prevê a formação de alfabetizadores, a produção de materiais didáticos e o acompanhamento dos alunos. No entanto, o PBA enfrenta desafios como a evasão escolar, a falta de formação adequada para os professores e a descontinuidade das ações, como apontado por Diniz, Machado e Moura (2014).

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.4 out/dez. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N4
ISSN: 2965-0003

O PAPEL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel crucial na erradicação do analfabetismo e na promoção da inclusão social no Brasil. Para além da alfabetização, a EJA busca oferecer oportunidades para que jovens e adultos concluam o ensino fundamental e médio, desenvolvam a autonomia, conquistem novas habilidades e conhecimentos, e ampliem suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho e participação social. Como destacam Boas, de Holanda e Castro (2019) a EJA, configura-se como um espaço de aprendizagem permanente, que reconhece e valoriza a diversidade dos alunos, considerando suas experiências e necessidades específicas.

A EJA busca superar as barreiras que impedem o acesso e a permanência dos alunos na escola, oferecendo flexibilidade de horários, currículos adaptados às necessidades dos alunos e metodologias de ensino que valorizem seus conhecimentos prévios e suas experiências de vida. Nesse sentido, a EJA contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, promovendo a inclusão social e o exercício pleno da cidadania. Souza e Gonçalves (2021) ressaltam a importância da EJA no combate à exclusão social, baseando-se nas ideias de Paulo Freire e outros educadores.

A EJA não se limita à transmissão de conhecimentos e habilidades básicas, mas busca também promover o desenvolvimento integral dos alunos, estimulando a autonomia, o pensamento crítico e a participação social. A EJA deve ser um espaço de diálogo, de troca de experiências e de construção coletiva de conhecimentos, em que os alunos se sintam protagonistas do seu processo de aprendizagem. Melo (2016) defende a inclusão digital na escola como estratégia para a erradicação do analfabetismo tecnológico e a promoção da inclusão social na EJA.

A EJA desempenha um papel fundamental na valorização da diversidade e no respeito às diferenças. Os alunos da EJA são oriundos de diferentes realidades sociais, culturais e econômicas, com experiências de vida e necessidades de aprendizagem diversas. A EJA deve reconhecer e valorizar essa diversidade, promovendo o respeito às diferenças e a construção de um ambiente educacional inclusivo e acolhedor. Rua, Paes e Queiroz (2013) analisaram a multiescalaridade do analfabetismo no Brasil, evidenciando a importância de considerar as diferentes realidades e necessidades dos alunos da EJA.

REVISTA ELETRÔNICA AMPLAMENTE
v.4, n.4 out/dez. 2025 DOI: 10.47538/RA-2025.V4N4
ISSN: 2965-0003

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da relação entre analfabetismo e exclusão social no Brasil revela a complexidade e a multidimensionalidade dessa problemática. O analfabetismo persiste como um desafio social que exige atenção e investimentos contínuos por parte do Estado, da sociedade civil e das instituições de ensino. A compreensão de sua complexa trajetória histórica, das desigualdades que o perpetuam e das consequências para indivíduos e para a sociedade é fundamental para a formulação de políticas públicas eficazes.

A EJA, como modalidade de ensino voltada para jovens e adultos, desempenha um papel crucial na erradicação do analfabetismo e na promoção da inclusão social, contribuindo para a construção de um país mais justo e igualitário. É fundamental que a EJA seja valorizada e reconhecida como um espaço de aprendizagem permanente, que promova o desenvolvimento integral dos alunos e contribua para sua autonomia e participação social.

A superação do analfabetismo no Brasil requer um esforço conjunto de toda a sociedade, com a implementação de políticas públicas que garantam o acesso à educação de qualidade para todos, combatam a evasão escolar e promovam a inclusão social. A EJA, como modalidade de ensino fundamental para o atendimento das necessidades educacionais de jovens e adultos, deve ser fortalecida e ampliada, para que todos os brasileiros tenham a oportunidade de exercer plenamente sua cidadania e construir um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

BOAS, Guadalupe Braga Vilas; DE HOLANDA, Maria Júlia B.; CASTRO, Ana Cristina. Tendências e perspectivas para erradicação do analfabetismo na EJA. **Projeção e Docência**, v. 10, n. 1, p. 142-153, 2019.

BRAGA, Ana Carolina; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, p. 24-46, 2017.

DA SILVA MEIRA, Taís; RIBEIRO, Alcione Torres. O analfabetismo científico como problema social no Brasil. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED,** v. 4, n. 11, p. 1-13, 2023.

DINIZ, Gleison Mendonça; MACHADO, Diego de Queiroz; MOURA, Heber José de. Políticas públicas de combate ao analfabetismo no Brasil: uma investigação sobre a atuação do Programa Brasil Alfabetizado em municípios do Ceará. **Revista de Administração Pública,** v. 48, p. 641-666, 2014.

DOS SANTOS, Ronaldo Silva; SOBRINHO, Tenório Batista Lima. Escola, educação básica e analfabetismo estrutural no Brasil: a negação da escola aos trabalhadores. **Revista Internacional de Educação de Jovens e Adultos,** v. 6, n. 11, p. 171-187, 2023.

FERNANDES, David Augusto. A MARGINALIZAÃ‡ ÃƒO CONDUZIDA PELO ANALFABETISMO E PELA (IN) DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. **Revista Direito & Paz**, v. 2, n. 35, p. 21-35, 2016.

GABRIELLI, Mariele. Educação e desigualdades: o analfabetismo como reforço à iniquidade e exclusão. **Veras**, v. 6, n. 1, p. 60-68, 2016.

HADDAD, Sérgio; SIQUEIRA, Filomena. Analfabetismo entre jovens e adultos no Brasil. **Revista Brasileira de Alfabetização,** n. 2, 2015.

MELO, Angela Fernandes. A inclusão digital na escola para a erradicação do analfabetismo tecnológico. **e-Mosaicos**, v. 5, n. 10, p. 21-30, 2016.

PAIVA, V. **Um século de educação republicana**. *Pró-Posições*, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-21, jul. 1990.

RUA, Emilio Reguera; PAES, Beatriz da Silva Corrêa; QUEIROZ, Fabio Soares. A multiescalaridade do analfabetismo no Brasil: desenvolvimento desigual e combinado?. **Geografias e educação: singulares mãos docentes,** p. 113.

SOUZA, Andréia Luciane Sol; GONÇALVES, Alexandre. Analfabetismo e exclusão social: Apontamentos a partir do diálogo com Freire, Arroyo, Marta Oliveira e Antônia: Illiteracy and social exclusion: Notes from the dialogue with Freire, Arroyo, Marta Oliveira and Antônia. **Revista Desenvolvimento Social,** v. 27, n. 2, p. 118-129, 2021.

Submissão: julho de 2025. Aceite: agosto de 2025. Publicação: novembro de 2025.